

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PONTES E LACERDA
FACULDADE DE LETRAS E ZOOTECNIA
DEPARTAMENTO DE LETRAS

LUCIENE MATOS DO CARMO MARTINS

**AS MANIFESTAÇÕES DA RESISTÊNCIA NO GESTO DE AUTORIA: A
IDENTIDADE DO SUJEITO NEGRO E OS SENTIDOS EM CIRCULAÇÃO NO
LIVRO "25 ANOS 1980 - 2005: MOVIMENTO NEGRO NO BRASIL"**

Pontes e Lacerda – MT
Dezembro/2013

LUCIENE MATOS DO CARMO MARTINS

**AS MANIFESTAÇÕES DA RESISTÊNCIA NO GESTO DE AUTORIA: A
IDENTIDADE DO SUJEITO NEGRO E OS SENTIDOS EM CIRCULAÇÃO NO
LIVRO "25 ANOS 1980 - 2005: MOVIMENTO NEGRO NO BRASIL"**

Monografia apresentada ao Departamento de Letras – Campus Universitário de Pontes e Lacerda – UNEMAT, sob orientação do prof. Me. ROGÉRIO MARTINS, como requisito parcial para avaliação na disciplina de TCC.

Pontes e Lacerda – MT

Dezembro/2013

BANCA EXAMINADORA

Prof. Me. Rogério Martins. (Orientador).

Profa. Dr^a. Eliana de Almeida (Membro da Banca).

Profa. Me. Manuela Arruda dos Santos (Membro da Banca).

Agradecimentos

Agradeço a Deus, pois sem Ele não teria forças para concluir essa longa jornada, agradeço a minha família, especialmente a minha irmã Luciele e seu esposo Marcindo que me deram todo apoio nos momentos mais difíceis dessa caminhada e aos amigos que conquistei durante essa trajetória, especialmente ao meu esposo que com muita dedicação, mesmo diante de tantos imprevistos não mediu esforços para me ajudar, sendo compreensivo, dando forças para prosseguir sempre que pensava em desistir.

Não poderia deixar de agradecer a minha filha Gabrielle, que me acompanha há aproximadamente oito meses, me transformando completamente e me dando ânimo para lutar e enfrentar os desafios que estão aparecendo em meu caminho, quero que saiba que você e seu pai são muito importantes para mim. Obrigada por sempre estarem ao meu lado me encorajando. Eu amo vocês!

Dedicatória

Dedico esse trabalho à minha avó Geralda e ao meu pai José Inácio. Especialmente à minha mãe Teófila Matos que com muito sacrifício e oração esteve sempre me acompanhando, nesse momento muito especial de gestação que estou vivendo, posso dizer que compreendo a importância que é gerar uma vida e acompanhá-la nos vários momentos (bons e ruins) dessa nossa jornada. Por isso, quero agradecer-lá pelo amor que recebi e pela graça de ter me concedido a oportunidade de vir ao mundo. Por isso mãe, espero que consiga ser para a Gabrielle do mesmo jeito que a senhora foi para mim.

E de forma muito especial dedico essa monografia ao meu esposo Rogério Martins, que me ensinou muito e sempre com muita fé em Deus me sustentou quando eu vacilava. Companheiro, paciente, me ajudou/orientou a concluir este trabalho, quero que saiba que você testemunha a todo momento, garra, determinação, força de vontade, e acima de tudo que não devemos parar de investir nos estudos.

RESUMO

Nosso objetivo neste trabalho é compreender, pelo viés da Análise de Discurso materialista, a partir de Pêcheux (1995, 1997), Orlandi (2005, 2007), Lagazzi (1998) e Yara Brito Brasileiro (2003), o modo como as discursividades do/sobre o movimento negro no Brasil se constituem, se formulam e circulam na sua relação com o sujeito, com a história e com a ideologia. Para tanto, tomamos como material de análise a obra “25 anos 1980 – 2005: movimento negro no Brasil” (2006) compreendendo sua interdiscursividade com diferentes acontecimentos históricos que configuram imaginários e identidades para e sobre o sujeito negro no contexto brasileiro. Ao longo do trabalho desenvolvemos, primeiramente, uma compreensão sobre o campo epistemológico da Análise de Discurso, considerando sua concepção discursiva de leitura. Em um segundo momento descrevemos alguns dos fatos mais marcantes da história do movimento negro no Brasil, pontuando que a história para a Análise de Discurso constitui-se enquanto movimento do sujeito e dos sentidos, e não como uma sequência cronológica de fatos. Por fim, produzimos, em um terceiro momento, uma análise de alguns artigos e imagens publicados na obra em questão.

Palavras-chave: Movimento negro, história, sujeito, resistência, Análise de Discurso.

ABSTRACT

Our goal in this work is to understand , by bias Discourse Analysis materialistic from Pecheux (1995, 1997), Orlandi (2005, 2007), Lagazzi (1998) and Brito Brazilian Yara (2003), the mode how the discursivities of / about the black movement in Brazil if constitute, if formulate and circulate in its relationship with the subject, with the history and with ideology. For this, we take as material for analysis the work "25 Years 1980-2005: black movement in Brazil" (2006) comprising a interdiscursivity with different historical events that configure imaginaries and identities for and about the black subject in the Brazilian context. Throughout the work we developed, first, an understanding about the epistemological field of discourse analysis, considering its discursive conception of reading. In a second moment we describe some of the most striking facts of the history of the black movement in Brazil, punctuating that the story to discourse analysis constitutes itself as subject motion and senses, and not as a chronological sequence of facts. Finally, we produced in a third moment, an analysis of some articles and images published in the work in question.

Keywords: black Movement, story, subject, endurance, Discourse Analysis .

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	09
CAPÍTULO 1. SUJEITO, LINGUAGEM E IDEOLOGIA: UMA QUESTÃO PARA A ANÁLISE DE DISCURSO.....	12
1.1 - A Análise de Discurso em sua tessitura teórica.....	12
1.2 - Poder, silêncio e resistência: os sentidos na relação estado/movimento negro.....	15
CAPÍTULO 2 - O MOVIMENTO NEGRO NO BRASIL: UMA HISTÓRIA DE LUTAS, REIVINDICAÇÕES E RESISTÊNCIA.....	19
2.1 – A história do movimento e o movimento na história	19
2.2 - Do discurso da história para o discurso da educação: os efeitos de sentidos da lei 10.639.....	22
CAPÍTULO 3 - A ANÁLISE: UM OLHAR DISCURSIVO PARA O MOVIMENTO NEGRO.....	25
3.1 - Na relação com o não verbal.....	30
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	32
BIBLIOGRAFIA.....	33

INTRODUÇÃO

O movimento negro brasileiro é considerado um dos mais importantes e também um dos mais organizados movimentos sociais do país. Apesar de se configurar enquanto movimento social, reconhecido e organizado politicamente, apenas nos anos de 1970, os acontecimentos históricos e políticos constitutivos do movimento negro retomam uma memória de sentidos fundada ainda no século XVII, cujo fato mais marcante é o Quilombo de Palmares liderado por Zumbi.

Compreender o modo como o movimento negro se configura na sua relação histórica, social, política e ideológica com o estado brasileiro e ainda, o modo como os sentidos se constituem nos dizeres desse movimento, é o nosso objetivo nesse trabalho. Com tal propósito, nos filiamos teoricamente à Análise de Discurso materialista a partir das produções de Pêcheux (1995, 1997), Orlandi (2005, 2007), Lagazzi (1998) e Yara Brito Brasileiro (2003).

Inseridos nesse lugar teórico lançaremos mão de alguns dispositivos analíticos, os quais sustentarão nosso olhar discursivo sobre o material que nos propomos a analisar: a obra “25 anos 1980 – 2005: movimento negro no Brasil”.

Ao longo de nossa discussão apresentaremos, mais detalhadamente, alguns artigos e algumas imagens publicados no referido material, sobre os quais nos deteremos em nosso procedimento analítico. Mas, já nesse início, acreditamos ser importante descrever o objeto em questão para que possamos conhecê-lo um pouco mais de perto. Intento que nos leva a recorrer ao conceito de condições de produção, conforme desenvolvido por Orlandi (2009).

A autora pontua que falar em condições de produção pela Análise de Discurso significa considerar no material discursivo tanto as situações imediatas, isto é, a formulação no contexto atual, quanto o contexto sócio-histórico e ideológico, ou seja, a memória, o interdiscurso, cuja presença é responsável pela determinação e pela direção do dizer e dos sentidos. Nas palavras de Orlandi, a memória discursiva deve ser compreendida como “um saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra”. (ORLANDI, 2009: p. 31).

Tomando então as condições de produção da obra “25 anos 1980 – 2005: movimento negro no Brasil”, podemos considerar como contexto imediato, para ficar nos mais evidentes: a) a mobilização/convocação de alguns militantes para

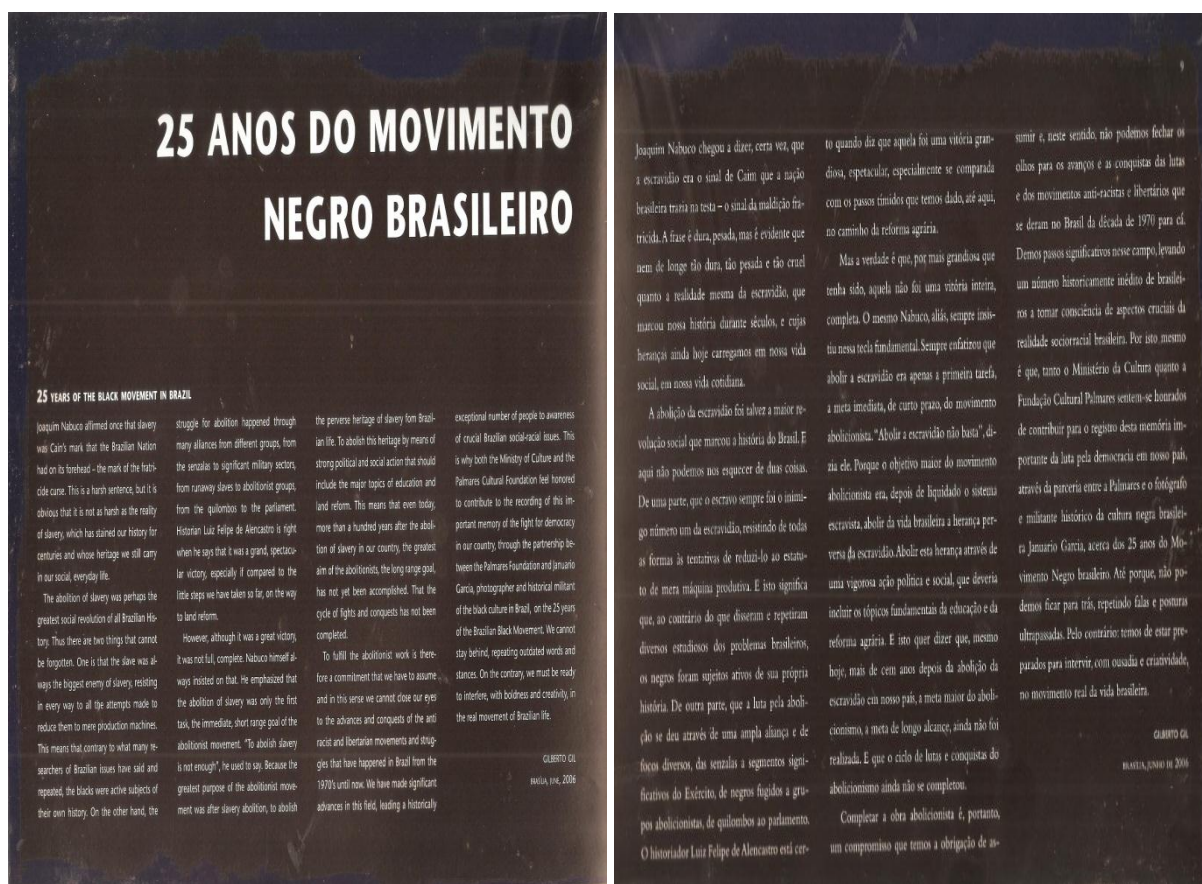
produzirem, em forma de artigo, a história dos 25 anos do movimento negro; b) os anos de 2005 e 2006, período em que movimento negro idealiza a formulação, a publicação e a circulação da obra e; c) a obra em si, com todo seu trabalho estético e artístico, como resultado do trabalho do grupo em questão.

Já o contexto amplo, o interdiscurso, refere-se às lutas e resistências constitutivas do sujeito negro diante das imposições do governo brasileiro ao longo da história. Lutas que continuam se manifestando de diferentes maneiras, sendo uma delas a publicação do referido livro.

De início chamamos a atenção para a configuração estética da composição dessa obra. É muito significativo o fato de a capa apresentar-se em cores verde e amarela, sentidos que retomam as cores predominantes da bandeira nacional.



Mas ao caminharmos um pouco, folheando a obra, nos deparamos com páginas de fundo escuro (preto) e escritas brancas. Algo que nos faz lembrar as cores que remetem ao movimento negro. Tanto a cor escura, quanto a cor branca. O escuro lembra a cor da pele do sujeito negro e o branco remete-se às vestes próprias de várias apresentações culturais típicas da identidade dos negros como: a capoeira, o candomblé, entre outras.



Após essa breve exposição do material de análise, os capítulos que compõem esse trabalho se apresentam na seguinte ordem.

No primeiro capítulo tratamos do campo epistemológico da Análise de Discurso, aprofundando os conceitos que sustentam o nosso olhar analítico. No segundo capítulo discutimos fundamentalmente sobre o processo histórico/ideológico constitutivo do sujeito negro em suas lutas e reivindicações no cenário brasileiro. No terceiro capítulo produzimos uma análise discursiva sobre o material recortado como objeto de pesquisa. Finalmente, nas considerações finais, fizemos um breve retorno sobre as questões e compreensões realizadas ao longo da discussão.

1. SUJEITO, LINGUAGEM E IDEOLOGIA: UMA QUESTÃO PARA A ANÁLISE DE DISCURSO

1.1 – A Análise de Discurso em sua tessitura teórica

A Análise de Discurso de ordem materialista (doravante AD), iniciada na França por Michel Pêcheux ainda nos anos de 1960, propõe-se enquanto uma disciplina de entremeio, ou seja, o próprio da AD é questionar o modo como os acontecimentos históricos, políticos e ideológicos se constituem discursivamente e produzem seus efeitos no simbólico, e não simplesmente interpretá-los, perguntando pelo que significam.

No Brasil, a AD é introduzida/desenvolvida nos anos de 1980 pela professora Eni Orlandi. É a partir dos vários trabalhos produzidos por Orlandi e seus colaboradores no âmbito da AD, que se instauram, nas produções teóricas desenvolvidas no Brasil, as novas maneiras de ler e compreender as diferentes formações históricas, imaginárias, discursivas e ideológicas que nos constituem enquanto brasileiros.

Neste trabalho, em que nos propomos a compreender o modo como se constituem, se formulam e circulam os dizeres do e sobre o movimento negro no Brasil, é fundamentalmente importante a compreensão dos conceitos e dispositivos teóricos/analíticos desenvolvidos no campo epistemológico da AD. Dentre os quais, daremos prioridade (entre outros) aos conceitos de sujeito, história, ideologia, formações discursivas e imaginárias, silêncio, resistência e condições de produção.

Para se constituir enquanto teoria, a AD dialoga com três campos de conhecimento, a saber: a linguística, o marxismo e a psicanálise. Orlandi (2009) considera que essa trilogia teórica é importante para a AD principalmente pelas seguintes afirmações: a de não transparência da língua (pela linguística), a de não transparência do sujeito (pela psicanálise) e a de não transparência da história (pelo marxismo). Nas palavras da autora, tem-se o seguinte:

A Linguística constitui-se pela afirmação da não-transparência da linguagem (...) o legado do materialismo histórico é o de que há um real da história de tal forma que o homem faz história, mas esta também não lhe é transparente. (...) a contribuição da Psicanálise, [entra] com o deslocamento da noção de homem para a de sujeito. (ORLANDI, 2009: p/p. 15/16).

Apesar de dialogar com essas teorias, a autora afirma que a AD não trabalha com elas de modo servil, mas “irrompe em suas fronteiras e produz um novo recorte de disciplina.” (ORLANDI, 2009: p, 20).

Assim, a AD,

Interroga a Linguística pela historicidade que ela deixa de lado, questiona o materialismo perguntando pelo simbólico e se demarca da Psicanálise pelo modo como, considerando a historicidade trabalha a ideologia como materialmente relacionada ao inconsciente, sem ser absorvida por ele. (ORLANDI, 2009: p. 20).

Tomando a ideologia como constitutiva do dizer, isto é, materializada no discurso, a AD considera seus efeitos específicos nos modos de interpelação do sujeito e na constituição das formações discursivas e imaginárias. Interpelado pela ideologia, o sujeito configura-se para AD enquanto posição dentre outras. Assim, aquilo que o sujeito diz tem a ver com a posição social que ocupa, e não na sua individualidade.

O fato de se ter na e pela ideologia a interpelação do indivíduo em sujeito e, estando a ideologia presente em toda e qualquer manifestação da linguagem, nos leva a considerar que o sujeito é instado a significar tanto a partir dos sentidos que o constituem numa ou noutra formação discursiva dada, quanto a partir dos sentidos que escapam a essa mesma formação discursiva, mas que estão a ela relacionados, por constituir-se nela, como sua contradição. Desse modo tem-se a compreensão de que sujeito e sentido se constituem numa dada formação discursiva pela relação necessária com o seu contrário, fazendo-se significar por um constante estranhamento e entrecruzamento de sentidos no discurso. Esta é, desde sempre, uma condição dada na e pela linguagem para que o sentido se faça e o sujeito se signifique.

Nos modos de interpelação do sujeito é preciso considerar ainda sua forma histórica.

Considerando as formas históricas de assujeitamento, Haroche (1992), afirma que é preciso compreender que o sujeito sofre diferentes modos de interpelação ao longo da história. Em especial, a autora considera as diferenças entre o sujeito religioso da idade média e o sujeito de direito da contemporaneidade, determinado pelo estado.

O assujeitamento à religião dá lugar a uma outra forma de assujeitamento: o assujeitamento ao Estado. Assim, a submissão a Deus, ao T/texto, é substituída por uma crença mais insidiosa talvez, menos visível em todo caso: a crença na letra, na cifra, na precisão, crença menos visível, pois se consagra a preservar, de forma sempre mais velada e insistente (em nome dos imperativos jurídicos novos que exigem a noção de responsabilidade do indivíduo), a idéia de autonomia, de liberdade, de não determinação do sujeito, a idéia de que o sujeito não é controlável. Haroche (1992, p. 220).

Nesse sentido, a forma sujeito atual é a do sujeito de direito, capitalista. Um sujeito livre, mas ao mesmo tempo submisso, que tem suas vontades e responsabilidades determinadas e administradas pelo estado. Para a AD, o jurídico é uma das maneiras, senão a principal maneira, pelas quais o estado produz no sujeito o efeito de individuação, isto é, o efeito de que o sujeito é, por um lado, livre para escolher, para tomar suas decisões, para agir, mas, por outro lado, é responsável pelo que diz, responsável pelos seus atos.

Ainda sobre o conceito de sujeito, a AD considera duas formas de esquecimento: esquecimento nº 01 e esquecimento nº 02.

Ao teorizar sobre o esquecimento Michel Pêcheux (2010) define que,

Na medida em que o sujeito se corrige para explicitar a si próprio o que disse, para aprofundar o que pensa e formulá-lo mais adequadamente, pode-se dizer que esta zona nº 2, que é a dos processos de enunciação, se caracteriza por um funcionamento do tipo pré-consciente/consciente. Por oposição, o esquecimento nº 1, cuja zona é inacessível ao sujeito, precisamente por essa razão, aparece como constitutivo da subjetividade na língua. (PÊCHEUX, 2010: p. 176/177).

Dessa forma tem-se que, o esquecimento nº 02, refere-se à possibilidade de se formular famílias parafrásticas ao longo de nosso dizer, em uma tentativa de domesticação dos sentidos. Já o esquecimento nº 01 é da ordem da ideologia, ou seja, o sujeito esquece que não é dono do dizer e se coloca, se concebe como origem dos sentidos.

Entretanto sabemos, pela AD, que todo dizer tem relação/está relacionado a um já dito. Isto é, para significar o dizer evoca sentidos já existentes na memória discursiva, no interdiscurso. É nesse batimento formulação/memória,

memória/formulação que ocorre na linguagem, no simbólico, a possibilidade tanto da permanência, quanto da produção de novos sentidos.

A memória, (...) tem suas características, quando pensada em relação ao discurso. E, nessa perspectiva, ela é tratada como interdiscurso. Este é definido como aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente. Ou seja, é o que chamamos memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra. O interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada. (ORLANDI, 2009: p. 31).

As diferentes situações discursivas são compreendidas na AD enquanto condições de produção, estas que podem ser compreendidas tanto em contexto amplo, quanto em contexto estrito. Para Orlandi (idem), o contexto estrito tem a ver com o imediato do dizer, com a atualização. Já o contexto amplo relaciona-se aos processos sócio-históricos, ao interdiscurso.

Nessa perspectiva, pensar as diferentes discursividades produzidas no/pelo/sobre o movimento negro no Brasil, torna-se necessário especificar que os dizeres constitutivos desse lugar se configuram simbolicamente na sua relação com a memória, com a história e com a ideologia. Sem desconsiderar, é claro, as formações discursivas e imaginárias, as condições de produção e as posições sujeito envolvidas (seja de dentro, seja de fora, seja contra ou a favor) nesse movimento.

1.2 – Poder, silêncio e resistência: os sentidos na relação estado/movimento negro

Quando falamos em movimento social, falamos ao mesmo tempo em resistência. Nesse sentido, é possível afirmar também que o movimento e a resistência só existem na relação com o poder, isto é, algo ao qual se resiste. Lagazzi (1998), em sua tese de doutorado, tematiza a relação constitutiva entre o poder e a resistência tomando como foco de análise o MST (Movimento dos Sem Terra) em suas diferentes formas de enfrentamento ao poder constituído pelo estado e pelo capitalismo.

Inseridos neste lugar, afirma a autora,

O sujeito resiste. O sujeito resiste a alguma coisa. O jogo da transitividade mostra que o sujeito resiste e/porque resiste contra algo. A resistência é normalmente tomada como luta por mudanças, e na sociedade moderna na oposição ao funcionamento político-jurídico, como possibilidade de mudanças nas relações marcadas pela individualização, um lugar para o dizer inserido em uma memória discursiva em que ‘cada um’ e ‘todo aquele que’ possam ser resignificados no deslocamento da responsabilidade intercambiável da sociedade capitalista. No entanto, na prática discursiva a realização da ideologia imprime outros sentidos à resistência. Na determinação material das forças a luta de resistência é por mudanças e contra a mudança. (LAGAZZI, 1998: p/p. 77/78).

O sentido de resistência como luta por mudanças toca essencialmente o coração, isto é, o ponto fulcral do movimento negro. Não só nas condições atuais de produção, mas como algo próprio da constituição sócio-histórica e ideológica do sujeito negro no contexto histórico-social brasileiro.

Dentre as várias manifestações de resistência constitutivas do movimento negro, destacamos uma que nos chama especialmente a atenção: a resistência marcada pelo silêncio no contexto do regime ditatorial no Brasil dos anos de 1970.

Orlandi (2007), em sua obra “As formas do silêncio: no movimento dos sentidos”, afirma que o silêncio é “movimento, mas também relação incerta entre mudança e permanência” (ORLANDI, 2007: p.13). Assim, continua a autora, “Nem um sujeito tão visível, nem um sentido tão certo, eis o que nos fica à mão quando aprofundamos a compreensão do modo de significar do silêncio.” (idem).

A autora destaca dentre as várias formas do silêncio, a “política do silêncio”, sendo que esta aparece sob dois aspectos: o “silêncio constitutivo” e o “silêncio local” (ou silenciamento). Para a autora o silêncio constitutivo é próprio do funcionamento discursivo, dessa forma, afirma Orlandi “todo dizer cala algum sentido necessariamente” (ORLANDI, 2007: p.74). Já o silêncio local está relacionado a uma estratégia política na domesticação e na proibição dos sentidos. Nessa forma de silêncio está materializada a censura, ou seja, de um lado proíbe-se a formulação e circulação de certos dizeres e, de outro, determina-se aquilo que pode/deve ser dito, ou que pode/deve circular. Nessa perspectiva considera-se a censura não como algo diretamente relacionado ao indivíduo, “mas como um fato produzido pela história.” (ORLANDI, 2007: p.13).

É por aí que, segundo a autora, “o poder se exerce acompanhado de um certo silêncio (...). É o silêncio da opressão.” (ORLANDI, 2007: p.101). A opressão é desenvolvida/realizada pelo poder e o poder é constitutivo do estado. Logo, o estado no contexto da ditadura é um estado opressor.

Ao considerarmos o movimento negro a partir das condições históricas de produção que lhes são dadas no contexto brasileiro, percebemos que os sentidos da censura esteve, de certo modo, sempre presente em suas manifestações e reivindicações. Mas é no contexto da ditadura militar que ela (a censura) aparece de forma mais evidente, e é justamente quando isso ocorre que o movimento negro mostra, pelo silêncio e pela resistência, sua força enquanto movimento social organizado.

Na obra “25 anos 1980-2005: movimento negro no Brasil” (2006), o autor e militante, Januario Garcia, relata resumidamente os modos de enfrentamento realizados pelo movimento diante da opressão dos militares entre os anos de 1970 e 1980. Nas palavras do militante era “**desafiando todo o sistema**” que, “**os negros faziam reuniões, criavam entidades e publicavam jornais**. Não foi fácil nossa atitude que andou na contramão da história, da sociedade dominante e de governos militares.” (GARCIA, 2006: p. 23).

Desafiar o sistema, conforme aparece nos dizeres do militante, não significa provocação, no sentido literal, mas considerando o contexto histórico pelo qual passava o país, o movimento negro encontrava suas formas de resistência, não se calando diante da opressão. Não significava bater de frente com o governo, era preciso encontrar estratégias, mover-se no silêncio, driblar as formas violentas do poder opressor. Eis os objetivos de se fazer reuniões, criar entidades e publicar jornais.

Percebemos também na fala de Garcia que havia outros inimigos contra os quais se deveria lutar. Não apenas o governo militar, mas o movimento precisava enfrentar algo ainda mais forte, por isso, “andar na contramão da história, da sociedade dominante.” Razões pelas quais o sujeito negro teve que tornar-se mais guerreiro, mais resistente. Sentidos que são constitutivos de sua identidade. Ser negro no Brasil é enfrentar formas de opressão que se configuram nos nossos mais de quinhentos anos de história.

Sentidos que se mostram nos dizeres de Garcia ao lembrar um dos objetivos das lutas do movimento: “enquanto os militares brasileiros apoiavam os

colonizadores na África, principalmente os portugueses, o Movimento Negro brasileiro desafiava a ditadura e apoiava a luta de libertação dos países africanos.” (GARCIA, 2006: p. 23).

As expressões “colonizadores”, “África”, “portugueses”, “libertação”, evocadas na fala do militante, filia sentidos a uma memória histórica constitutiva do povo africano na sua relação com os europeus ao longo dos séculos. O efeito da ditadura no Brasil e o fato de o governo brasileiro apoiar a colonização na África reavivam as lutas seculares do povo negro pela liberdade. Não somente em relação ao indivíduo, mas, e principalmente, em relação às suas expressões artísticas, culturais, etc.

2 - O MOVIMENTO NEGRO NO BRASIL: UMA HISTÓRIA DE LUTAS, REIVINDICAÇÕES E RESISTÊNCIA

2.1 – A história do movimento e o movimento na história

Falar do movimento negro no Brasil nos interpela a descrever/compreender os processos históricos e os acontecimentos discursivos que configuram sentidos, imaginários e identidades sobre as reivindicações e lutas que esse movimento mesmo instaura em suas maneiras de significar no contexto histórico, político e ideológico brasileiro.

É interessante ressaltar que, pela análise de discurso, compreendemos que a história não se configura enquanto uma sequência cronológica de fatos narrados, como se fossem acontecimentos sucessivos no tempo, ou seja, um acontecimento tornando-se consequência de outro. Mas de nossa posição teórica, a história se constitui enquanto um movimento de sentidos atravessado por diferentes formações discursivas e ideológicas. Orlandi (2009, p.20), ao considerar o modo como a AD trabalha/compreende a história, afirma que “a história tem seu real afetado pelo simbólico (os fatos reclamam sentidos).”

É também em Paul Henry (1997, p. 51/52) que situamos nosso modo de compreender a história nesse movimento do discurso. Para o autor,

É ilusório colocar para a história uma questão de origem e esperar dela a explicação do que existe. Ao contrário, não há fato ou evento histórico que não faça sentido, que não peça interpretação, que não reclame que lhe achemos causas e consequências. É nisso que consiste para nós a história, **nesse fazer sentido**, mesmo que possamos divergir sobre esse sentido em cada caso. (grifos nosso).

Assim percebemos que o sentido está na materialidade discursiva, dessa forma, qualquer fato ou evento histórico marca acontecimentos importantes construindo e possibilitando diferentes gestos de interpretação. Gestos que revelam e permitem a compreensão de sentidos outros (silenciados, apagados, mas que estão vivos, materializados nas margens) inscritos na própria história.

Falar do movimento negro é então considerar os diferentes contextos históricos marcados por acontecimentos que são atravessados por um

entrecruzamento de diferentes formações discursivas e ideológicas, as quais inserem esse movimento no cenário político, jurídico, educacional e social no Brasil.

Segundo Tavares (2006, p.11),

A história do movimento negro no Brasil se confunde com a história da luta pela democracia. A presença negra na história da democracia eclode fortemente nos períodos de recrudescimento das lutas pelas **liberdades democráticas**. (grifos nossos).

Percebemos então que, nessa busca por significar-se na história e, ao mesmo tempo, reivindicar direitos em um momento no qual o Brasil instaurava politicamente os sentidos de igualdade pelo viés da democracia (efeitos que fortalecem e, de certo modo impulsionam os dizeres do movimento), a expressão “liberdades democráticas” aponta para o fato de que não só o movimento negro, mas outros movimentos no Brasil, reivindicavam um certo poder dizer diante da opressão instaurada no cenário político brasileiro dos meandros do século XX.

Brasileiro (2003) considera que os fatos históricos, ao mesmo tempo em que constituem, são também constitutivos do dizer, uma vez que, segundo a autora, fazem parte das condições de produção inscritas em um contexto sócio-histórico dado. Nesse sentido, em relação ao movimento negro no Brasil, tanto os fatos, quanto os dizeres que circulam sobre os fatos, configuram uma memória de sentidos para e sobre a condição social, política e ideológica do negro em nosso país.

Sabemos que a história do negro no Brasil configura uma história de inferioridade e de servidão em relação à sociedade detentora do poder (os brancos). Sentidos que dividem e condicionam o negro a uma eterna luta por liberdade e igualdade, em especial no que se refere às condições impostas no/pelo regime político do Brasil colonial. Para Brasileiro (2003), alguns efeitos e imaginários que refletem essa memória estão filiados ao fato de a “entrada” dos negros no Brasil já condicioná-los a uma enorme desigualdade social.

Para a autora, algumas divisões que, no discurso de historiadores e antropólogos, aparecem como as mais evidentes são as que colocam de um lado a superioridade dos senhores e, de outro, a inferioridade dos escravos, ao lado de imaginários que, nesse contexto atribuem ao negro os sentidos de figura primitiva e selvagem, dominada pelo instinto, marcada pela leviandade e promiscuidade, rebeldia e preguiça.

Por outro lado, Brasileiro (2003) considera que há na história uma reação a esses dizeres, a qual coloca a resistência como o movimento mais significativo da luta dos negros diante de sua condição de escravos e subjugados. Para essa perspectiva, a resistência constitui-se então como uma verdade histórica, cuja representação mais significativa é a luta de Palmares.

Podemos então dizer que os movimentos militantes do século XX estão filiados discursiva e ideologicamente aos sentidos de resistência materializados ao longo da história. Tavares (2006) aponta três momentos como marco dos movimentos encabeçados pela militância negra no Brasil: os anos de 1945, 1978 e 2001.

Para o autor, o ano de 1945 teve sua importância com a criação do *Teatro Experimental do Negro*, pois é aí que, no século XX, o movimento negro é visto como uma luta social organizada. Para Tavares,

Os constantes combates da população negra em prol da organização e respeito de seu lugar como protagonista na construção deste país marcaram profundamente a história política de toda a nação brasileira. (TAVARES, 2006: p, 11).

Mas é somente os anos 1970 que, segundo o autor, “abriram as portas para o reflorescer de uma nova liderança,” (idem), cujos efeitos resultam no grande acontecimento de 1978, o qual é fortemente marcado pela criação do *MNUCDR* (Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial) e da instituição do dia 20 de novembro como dia nacional da consciência negra. Tavares afirma que “estava aberta a luta moderna do movimento negro possuidor de características marcantes: primeiro lugar a militância disciplinada, organizada em núcleos e focada na luta contra o racismo.” (ibidem).

Os efeitos dessa luta continuam se estendendo e se configurando em diversas manifestações sociais no decorrer dos anos 1980 e 1990. Para Brasileiro (2003), o ano de 1998 é significativamente importante para a consolidação de sentidos do/para/sobre o movimento, uma vez que junto ao XII congresso do MNU em Salvador na Bahia, alguns enunciados fazem ecoar sentidos que se configuram como lugares de reivindicações para a constituição da identidade da sociedade negra. Para a autora,

"Recuperar a africanidade" é um gesto fortemente mobilizado e significado por outros, como: resgate da cultura, da identidade e da dignidade do povo negro. São nesses gestos que o Continente Africano é evocado como lugar da afirmação positiva, pois se constituem no imaginário da liberdade e da realeza, em oposição a uma memória brasileira marcada pela escravidão. (BRASILEIRO, 2003: p.42).

Outros acontecimentos importantes para a história do movimento negro foram a Conferência de Durban, em 2001, "quando se estabelecem as políticas de Ações Afirmativas para a população afro-brasileira." (TAVARES, 2006: p.13).

Assim, falar do movimento negro no Brasil e apontar os processos históricos e os acontecimentos discursivos sobre as reivindicações e lutas desse movimento no contexto político e ideológico brasileiro, não é para nós, falar da sequência cronológica de fatos narrados, mas compreender na sua materialidade os posicionamentos polêmicos e contraditórios. Ou seja, importa para nós, tomar a história desse movimento enquanto um acontecimento atravessado por diferentes formações discursivas e ideológicas.

2.2 – Do discurso da história para o discurso da educação: os efeitos de sentidos da lei 10.639

O percurso histórico que configura os dizeres sobre o movimento negro no Brasil aponta não só para o fato de que o Governo brasileiro negou um lugar para que o negro se constituísse enquanto sujeito da história, mas revela principalmente que esse mesmo governo impediu (por não dar condições) a circulação de seus saberes, silenciou (por não valorizar) a produção de seu conhecimento. Por outro lado, as lutas do movimento revelam que o sujeito negro encontrou suas formas de resistência e de enfrentamento ao poder instaurado. Encontrou suas formas de se fazer ouvir sua voz, de sair da invisibilidade. Ora pela resistência, ora pelo silêncio, ora pelo grito.

É a partir das reivindicações que os dizeres do e sobre o movimento negro ecoam e ganham legitimidade pelo jurídico, ou seja, conquistam um espaço na legislação educacional brasileira, tornando-se esta uma das maiores conquistas do movimento. O ano de 2003 é fortemente marcado pela implementação da lei 10.639, a qual expomos abaixo:

LEI Nº 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003.

Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei

Art. 1º A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 26-A, 79-A e 79-B:

"Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, **torna-se obrigatório** o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º **O conteúdo programático** a que se refere o caput deste artigo **incluirá** o estudo da **História da África e dos Africanos, a luta** dos negros no Brasil, **a cultura negra** brasileira e **o negro** na formação da sociedade nacional, **resgatando a contribuição do povo negro** nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

Tomamos a lei 10.639 enquanto um acontecimento discursivo (Pêcheux, 1983) que, ao presentificar/materializar a obrigatoriedade da cultura e do conhecimento afro-brasileiro na memória do arquivo jurídico nacional sobre a educação, separa/divide o passado do futuro.

Ao ganhar legitimidade, a marca verbal “torna-se”, materializada na textualização da lei, produz o efeito de instaurar uma ação, isto é, aquilo que ainda não acontecia, “o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira”, passa a acontecer. Ainda nessa direção, a forma verbal “incluirá” (marcando um efeito de futuridade), atrelada à formulação “conteúdo programático”, possibilita não só a obrigatoriedade do conhecimento produzido pela população negra no ensino, mas dá visibilidade a um lugar onde os saberes e a identidade de um povo foram construídos no silêncio, às margens da história: “**a luta** dos negros no Brasil, **a cultura negra** brasileira e **o negro** na formação da sociedade nacional, **resgatando a contribuição do povo negro** nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil”.

Nesse sentido, podemos afirmar que aquilo que não tinha legitimidade (os saberes produzidos pela população negra) para circular nas instituições que produzem conhecimento, irrompe nas brechas do sistema jurídico/político/educacional e instaura um lugar fundador para, nesse sistema mesmo, legitimar a formulação e a circulação de seus sentidos, de seu conhecimento.

Enquanto militante do movimento negro no Brasil, Trindade (2006), afirma,

Hoje, nossa maior reivindicação é a inclusão da cultura negra como patrimônio sócio-histórico da humanidade, **como patrimônio de saberes**, conhecimentos sistematizados e socialmente **construídos nas instituições educacionais brasileiras. Está na lei** – não no cotidiano, no coração e nas mentes das comunidades escolares.

E cante o samba na universidade./ e verá que seu filho será príncipe de verdade. Teremos dias de graça quando o samba estiver na universidade. Espaço de formação de formadores (as) de opinião, de construção e divulgação de conhecimento valorizado na nossa sociedade. (TRINDADE, 2006: p. 109).

Nos dizeres da militante é possível compreender, por um lado, que a implementação da lei dá a possibilidade da conquista, mas que há ainda muito por fazer, conforme podemos perceber nas formulações: a) “Hoje, nossa maior reivindicação é a inclusão da cultura negra (...) como patrimônio de saberes, conhecimentos sistematizados e socialmente construídos nas instituições educacionais brasileiras.” b) “Está na lei”. Por outro lado podemos perceber também que a luta do movimento negro ainda persistirá por muito tempo (é esse o sentido da militância), efeitos que percebemos nas formulações do segundo parágrafo, as quais apontam as causas das futuras lutas dos militantes, quais sejam: c) “Teremos dias de graça quando o samba estiver na universidade. Espaço de formação de formadores (as) de opinião, de construção e divulgação de conhecimento valorizado na nossa sociedade.”

3 – A ANÁLISE: UM OLHAR DISCURSIVO PARA O MOVIMENTO NEGRO

O material que recortamos para análise – o livro “25 anos 1980 a 2005: movimento negro no Brasil” – apresenta regularidades discursivas que retomam diferentes acontecimentos históricos do movimento. Formulando assim diferentes gestos de interpretação para e sobre as condições histórico-sociais vivenciadas pelo sujeito negro no Brasil.

Ainda faz parte da composição discursiva do material, algumas imagens das mobilizações organizadas por esse movimento mesmo. Imagens essas que também farão parte da nossa análise.

Assim, em nosso procedimento analítico, buscaremos compreender o modo como esses diferentes dizeres e imagens produzem sentidos e como configuram a identidade do sujeito negro nas suas maneiras de significar-se na relação com a história e com a ideologia.

Vale ressaltar que, para AD, a condição da linguagem é a incompletude (Orlandi, 2009), nesse sentido tanto os dizeres, quanto as imagens do/sobre o movimento negro, retomam sentidos pré-existentes, regionalizados em lugares específicos da memória. Lugares esses que constituem ideologicamente as diferentes formações discursivas e imaginárias, as quais reafirmam e garantem o fato de que o dizer e os sentidos tenham uma direção, ou seja, nem o dizer, nem os sentidos surgem de qualquer maneira ou apontam para qualquer lugar, mas seguem uma ordem desde sempre determinada pelo interdiscurso.

Pêcheux (2010, p. 78) considera que pensar o discurso (a linguagem), inclui “referi-lo ao conjunto de discursos possíveis a partir de um estado definido das condições de produção.” Reforçando essa colocação de Pêcheux, Lagazzi (2009) acrescenta que “recortar visa o funcionamento discursivo na incompletude do texto.” Para a autora “(...) importa a materialidade significativa nas relações que ela permite, no modo pelo qual ela propicia a ancoragem simbólica do sujeito em seus processos de identificação”.

Dentre os textos que compõem o livro “25 anos 1980-2005: movimento negro no Brasil” (2006) recortamos dois que nos chamaram especialmente a atenção: O primeiro se intitula “Nossa revolução não será televisionada, mas nossos livros estarão aí para contá-la” e o segundo “Perspectivas do movimento negro Brasileiro”. Vamos aos recortes dos textos: (onde se escreve SD, lê-se sequência discursiva).

SD 1.

“Nossa revolução não será televisionada, mas nossos livros estarão aí para contá-la”

(...) **o movimento negro** brasileiro foi o mais importante movimento social com bases históricas e culturais a atuar no cenário político do país. **Nosso avanço foi conquistado passo a passo e sem recuos** (...).

A ditadura não nos deu trégua, alguns foram chamados nas delegacias, outros foram presos, a repressão infiltrou seu agentes negros para nos denunciar, mas nada impediu o avanço de **nossa luta**.

Depois de 25 anos, é um privilégio de poucos conseguir reunir tal grupo de homens e mulheres que viveram essa época. **Reuni-los em torno de um propósito: escrever sobre o período de 1980 a 2005, os 25 anos do movimento negro, no qual foram construtores e protagonistas**, já é sonho.

Resgatamos Zumbi de Palmares, demarcamos territorialmente a serra da barriga onde se instalou o Quilombo de Palmares de 1595 a 1695. (...).

Eu sei que existem muitas outras [pessoas] que deveriam estar aqui escrevendo, e só não estão por falta de espaço, na realidade tínhamos que fazer um livro com mais de mil páginas para que pudéssemos alocar a todos, mas esse é apenas o primeiro livro, **nós temos muitas histórias para contar e, consequentemente, muitos livros para publicar**. (GARCIA, 2006: p. 25). (grifos nossos).

SD 2.

Falar sobre esse tema exige respirar fundo e ir em busca do que há de mais **profundo e legítimo em nós**. Não estou utilizando do plural com modéstia no pronome nós – refiro-me de fato à batalha que **todos nós ativistas do movimento social negro, por nossa conta e risco, travamos** nesse ainda **infeliz país**. (2006, p. 17). (...).

Nenhum segmento sente mais de perto a guerra social que o Brasil vive do que a população negra. **Os negros são as vítimas ativas dessa guerra. Os não-negros quando sofrem nessa guerra o fazem, na maioria das vezes, de forma passiva**. (...). (SANTOS, 2006: p. 21). (grifos nossos).

Consideramos que os recortes apresentados se constituem enquanto textos e, nesse sentido, faz-se necessário compreender que, em AD, o texto tem suas especificidades quando pensado na sua relação com o discurso. Para Orlandi (2005, p. 63), “o discurso, definido em sua materialidade simbólica, é efeito de sentidos entre locutores, trazendo em si as marcas da articulação da língua com a história para se significar”. Por seu lado o texto é considerado “uma unidade complexa – um todo que resulta de uma articulação – representando, assim, um conjunto de relações significativas individualizadas em uma unidade discursiva”. (ORLANDI, 2007: p. 58).

Supor o texto como unidade complexa significa pensá-lo na sua relação com a exterioridade, com a história. Nesse sentido o efeito de unidade que se apresenta no texto é atravessado por uma dispersão constitutiva da relação com outros textos.

Em sua contraparte o texto convoca a autoria. O autor para a AD é uma instância do sujeito, uma posição discursiva que se submete à ordem da língua e da história para significar. O autor é assim responsável pelo efeito de unidade que aparece no texto.

Assim, as sequências discursivas formuladas acima são marcadas por esse efeito de unidade, uma vez que se constituem enquanto textos. Ao passo que a posição sujeito que as formula, assume discursivamente uma outra posição, a posição autor.

Assumir-se autor no contexto histórico do movimento negro, significa formular e fazer circular, em forma de texto, os acontecimentos mais marcantes vivenciados pelo sujeito negro no Brasil. Acontecimentos que configuram certo efeito de unidade ao serem organizados/textualizados na composição do livro “25 anos do movimento negro no Brasil”. O livro constitui-se então como um lugar ideológico que interpela os militantes do movimento negro a um contar e recontar da sua história, isto é, a assumirem-se autores de sua própria história.

O que de início nos chama a atenção nesse material não é simplesmente o fato de as formulações/textualizações que compõem o livro estarem configuradas em forma de depoimentos/testemunhos dos acontecimentos que constituem o movimento negro no Brasil, mas, principalmente, pelo fato de, essas mesmas discursividades, serem marcadas por dizeres de fora (dizeres que falam sobre o movimento, um discurso indireto), e também por dizeres de dentro (um discurso direto, marcado na primeira pessoa do plural). Ou seja, a mesma posição sujeito que formula os depoimentos, também se posiciona de fora, formulando relatos sobre tais acontecimentos.

Nesse jogo ideológico marcado entre o dentro e o fora, respectivamente o relato e o depoimento, a formulação “**Nossa revolução não será televisionada, mas nossos livros estarão aí para contá-la**” (em SD 1), colocada como título, aponta para o fato de que produzir um livro sobre o movimento não é simplesmente uma vontade, mas uma necessidade. Necessidade que configura mais uma das manifestações de resistência típicas do movimento negro, uma vez que fazer circular

o livro é fazer circular a voz do movimento, mesmo que a televisão, símbolo do poder, a tenha silenciado.

É nessa mesma ordem de reafirmar tal necessidade que as sequências abaixo, retomadas de SD 1, se inscrevem. Vejamos:

- a. “Depois de 25 anos, é um privilégio de poucos conseguir reunir tal grupo de homens e mulheres que viveram essa época.”
- b. **“Reuni-los em torno de um propósito: escrever sobre o período de 1980 a 2005, os 25 anos do movimento negro, no qual foram construtores e protagonistas, já é sonho.”**
- c. “Muitas outras [pessoas] deveriam estar aqui escrevendo, e só não estão por falta de espaço.”
- d. **“Tínhamos que fazer um livro com mais de mil páginas (...), mas esse é apenas o primeiro livro, nós temos muitas histórias para contar e, conseqüentemente, muitos livros para publicar.”**

Presumir que o livro legitima e garante o ecoar da voz (silenciosa) do movimento, em oposição à televisão, significa infiltrar-se nas brechas do sistema social determinado por uma elite, cuja voz, potencializada pelo alcance televisivo, sufoca as outras vozes, em especial a dos movimentos sociais formados nas margens, no caso o movimento negro. Assim, o espaço conquistado com a/pela publicação e circulação de um livro é também marcado pela necessidade de exaltar os sujeitos, as conquistas e os propósitos do grupo.

Relembrar essa história é, por outro lado, evocar uma memória de sentidos que configura as dificuldades enfrentadas pelo movimento negro na sua luta contra o poder. Conforme podemos compreender nas sequências formuladas em SD 1 abaixo:

- e. Nosso avanço foi conquistado passo a passo e sem recuos (...).
- f. **A ditadura não nos deu trégua, alguns foram chamados** nas delegacias, **outros foram presos**, a repressão infiltrou **seus agentes negros para nos denunciar**, mas nada impediu o avanço de **nossa luta**.

Percebemos nesse recorte que o uso da primeira pessoa aponta para um grupo, como em “nosso avanço”, “nossa luta”, o que nos leva afirmar que o gesto de autoria no/do movimento negro supõe uma coletividade e não uma individualidade. Em contrapartida, o uso da terceira pessoa evoca como referente uma memória de sentidos marcada por acontecimentos políticos que, se de um lado serviu para dificultar os avanços do movimento, como nas formulações:

- g. “**A ditadura não nos deu trégua.**”
- h. “**Alguns foram chamados** nas delegacias”
- i. “**Outros foram presos**”
- j. “A repressão infiltrou **seus agentes negros para nos denunciar**”.

De outro lado, tais acontecimentos serviram para fortalecer e legitimar ainda mais o empenho e determinação pelas conquistas objetivadas pelo grupo. Efeito que se mostra no enunciado “nada impediu o avanço de **nossa luta.**”

Ainda em SD 1, chamamos a atenção para a formulação “**Resgatamos Zumbi de Palmares**”. Uma olhada no dicionário *on line* da *web* nos faz lembrar que resgatar também significa “livrar do cativeiro” (...) “conseguir com dificuldade ou sacrifício”. Por outro lado, uma memória de sentidos constitutiva de nossa ordem social lembra que só se pode resgatar algo ou alguém que, por direito pertence a um indivíduo ou grupo. E para ser resgatado é necessário que esse algo ou alguém tenha sido levado ou sequestrado por outrem. Nesse caso perguntamos: por quem Zumbi de Palmares, considerado o pioneiro e principal líder revolucionário negro, portanto pertencente ao/do movimento negro brasileiro, teria sido levado ou sequestrado?

A história oficial relata que em 20 de novembro de 1695, o líder Zumbi é morto e, finalmente o Quilombo de Palmares é invadido, passando nesse contexto a pertencer ao colonizador, uma vez que o Brasil ainda não havia conquistado a independência, e posteriormente ao estado brasileiro. Menezes (2006, p. 45), autora do artigo “A retomada da Serra da Barriga”, publicado no livro “25 anos do movimento negro no Brasil”, afirma que “em abril de 1980, militantes negros (...) fizeram a retomada da Serra da Barriga e firmaram as bases para a fundação do memorial Zumbi”.

A conhecida “Serra da Barriga” é o território onde se encontrava situado o Quilombo de Palmares liderado por Zumbi. Resgatar Zumbi significa então uma das vitórias do movimento negro frente ao poder do estado.

As sequências discursivas em SD 2, produzidas por Santos, relembram a opressão sofrida pelo sujeito negro em sua coletividade, cujo sentimento ainda traz em si as marcas das lutas travadas contra o poder do estado. Estado esse designado por Santos como um “ainda infeliz país”. Também nos chama a atenção o fato de aparecer no texto uma divisão entre os negros e os não-negros, que, para Santos, por mais que também tenham sofrido com a opressão, não sofreram tão intensamente os efeitos do que ele denomina guerra, quanto os sentiram os negros.

Na intersecção de sentidos que tecem a obra sobre o movimento negro no Brasil os autores dispõem uma sequência de imagens que retomam, de certo modo, o mesmo gesto de significar/fazer significar a voz coletiva de um “nós” que disputa, entre o silêncio e a resistência, um espaço com o poder opressor.

3.1 – Na relação com o não verbal

Dentre as imagens que falam do/sobre o movimento recortamos uma que nos chama a atenção pelo seu modo de dialogar com o verbal, isto é, com os artigos publicados na obra “25 anos 1980 - 2005: movimento negro no Brasil”. Vejamos:



Imagens de jornais produzidos pelo movimento negro nos anos 1980 e publicadas nas p.40/41 do livro 25 anos 1980 – 2005: movimento negro no Brasil.

A imagem revela, em primeiro plano, alguns jornais produzidos pelo próprio movimento, cuja circulação leva estampada fotografias que relembram diferentes momentos das lutas protagonizadas pelos negros. Dentre as imagens destaca-se uma que representa os 100 anos da promulgação da Lei Áurea, cuja manchete diz: “1888 Lei Áurea 1988” seguida por uma imagem que mostra o contexto da escravidão onde escravos negros são torturados sob o lamento de algumas mulheres. A mesma página aparece dividida ao meio pela formulação “nada mudou” seguida pela imagem de um grupo de jovens negros com os olhos vendados sendo levados presos em fila e com uma corda que entrelaça pelo pescoço todo o grupo. À frente da imagem aparece um policial segurando a ponta da corda e olhando em direção ao horizonte.

Abaixo dessa segunda imagem segue a formulação “vamos mudar: marcha contra a farsa da abolição”, na sequência da formulação aparece a forma verbal “participe”, cujo imperativismo convoca para o dia “11 de maio -16 horas- candelária: Movimento Negro – RJ.”

Ao lado dessa página de jornal aparecem outras que revelam diferentes momentos vivenciados pelo movimento negro. Entre esses momentos pode-se perceber situações como: mobilização de uma grande multidão nas ruas, apresentações culturais e imagens individuais de personagens negros.

Segundo Orlandi (1995) é impossível traduzir o não verbal para o verbal sem modificar-lhe os sentidos, uma vez que o não verbal joga com outra ordem significativa. No entanto é possível encontrar pontos de interlocução muito próximos entre um e outro. Nesse sentido podemos compreender que as imagens publicadas no livro do movimento negro enfatiza de diferentes maneiras o verbal, ou seja, reafirma sentidos já dados nos artigos publicados no mesmo material. Entre eles se evidenciam, por um lado, as diferentes manifestações de luta, resistência e silêncio por parte do movimento e, por outro a repressão por parte do estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegar ao final desse percurso e ainda deparar-se com a necessidade de se fazer um retorno sobre as compreensões a que chegamos, faz nascer em nós um sentimento de dupla face. Por um lado desperta-se um certo sabor de conquista, por outro, a incômoda presença de um vazio. Enquanto sujeitos da linguagem, parecemos já termos dito tudo, no entanto, sabemos que não podemos tudo dizer. Lembra-nos Orlandi que a condição da linguagem é a incompletude.

Nesse sentido, tecer essas considerações finais sobre o trabalho desenvolvido não é, de modo algum, apresentar uma compreensão definitiva, mas, de nosso ponto de observação, apresentar uma leitura discursiva sobre a constituição sócio/histórica e ideológica do/sobre o movimento negro no Brasil.

Para nós foi fundamental considerar que as discursividades próprias do movimento negro se configuram simbolicamente na sua relação com a memória, com a história e com a ideologia. Nessa relação, a identidade do sujeito negro no Brasil configura um lugar de silêncio e resistência em oposição ao poder opressor instaurado pelo estado e pelo capitalismo.

Em suas diferentes formas de enfrentamento ao poder notamos que o sentido da resistência para o movimento negro se inscreve fundamentalmente como luta por mudanças. Mudanças que se tornam uma necessidade para o sujeito negro em sua constituição no contexto histórico-social brasileiro.

No enfrentamento ao poder instaurado, o movimento negro mostra, pelo silêncio e pela resistência, sua força coletiva. Não batendo de frente com o governo, mas a partir de estratégias, não recuou, nem desistiu perante as formas violentas do poder opressor, cujos efeitos trazem, para o movimento negro, as marcas de nossos mais de quinhentos anos de história.

Vimos então que colocar em circulação o livro “25 anos 1980 – 2005: movimento negro no Brasil”, significa legitimar outros dizeres sobre os acontecimentos vivenciados pelo sujeito negro, isto é, fazer circular sentidos que não ganharam espaço na história oficial ou no discurso jurídico/político/educacional do país. O livro garante ao sujeito negro a autoria de sua própria história.

BIBLIOGRAFIA

BRASILEIRO, Yara Brito. **Um quilombo na mídia: um estudo discursivo da revista RAÇA BRASIL**. Dissertação de Mestrado/Unicamp. Campinas, SP: [s.n.], 2003.

GARCIA, Januario (Org.). **25 anos 1980-2005: movimento negro no Brasil**. Brasília, DF: Fundação Cultural Palmares, 2006.

_____. **Nossa revolução não será televisionada, mas nossos livros estarão aí para contá-la**. In. **25 anos 1980-2005: movimento negro no Brasil**. GARCIA, Januario (Org.). Brasília, DF: Fundação Cultural Palmares, 2006.

GUIMARÃES, Eduardo. **Os limites do sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem**. Campinas, SP: Pontes, 2002.

HAROCHE, Claudine. **Fazer Dizer Querer Dizer**. Tradução Eni P. Orlandi. Colaboração Freda Indursky e Marise Manoel. Hucitec, SP. 1992.

HENRY, P. **A história não existe?** In. **Gestos de leitura: da história no discurso**. ORLANDI, E. (Org.) Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

LAGAZZI, Suzy. **O Desafio de Dizer Não**. Campinas, SP: Pontes, 1988.

_____. **A Discussão do Sujeito no Movimento do Discurso**. Campinas, SP. Tese de doutorado, IEL, UNICAMP, 1998.

_____. **O recorte significativo na memória**. In. **O Discurso na Contemporaneidade: materialidades e fronteiras**. Claraluz, 2009.

_____. **Texto e autoria**. In. **Introdução às ciências da linguagem: discurso e textualidade**. ORLANDI, E. & LAGAZZI-RODRIGUES, S. (Org.). Campinas, SP: Pontes, 2010.

_____. **O Recorte e o Entremeio: condições para a Materialidade Significante**. In. **Análise de Discurso no Brasil: Pensando o impensado sempre. Uma homenagem a Eni Orlandi**. RODRIGUES, E. A., SANTOS, G. L. dos, CASTELLO BRANCO, L.K.A. (Orgs.). Campinas: Editora RG, 2011.

MENEZES, Vanda. **A retomada da Serra da Barriga**. In. **25 anos 1980-2005: movimento negro no Brasil**. GARCIA, Januario (Org). Brasília, DF: Fundação Cultural Palmares, 2006.

ORLANDI, E. **Discurso fundador**. Campinas, São Paulo: pontes, 1993.

_____. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. Campinas, SP: Pontes, 1996.

_____. **Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos**. 2 ed. Campinas, São Paulo: pontes, 2005.

_____. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2007.

_____. **Interpretação; autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. 5 ed. Campinas, São Paulo: pontes, 2007.

_____. **Terra à vista: discurso do confronto, velho e novo mundo**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008.

_____. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 8 ed. Campinas, São Paulo: pontes, 2009.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Trad. ORLANDI, E. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1995.

_____. **Ler o arquivo hoje**. IN: **Gestos de leitura: da história no discurso**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

_____. **Sobre os Contextos Epistemológicos da Análise de Discurso**. In **Contextos Epistemológicos da Análise de Discurso**. Escritos n.º 4 – LABEURB, Campinas SP. 1999.

_____. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Trad. ORLANDI, E. Campinas, SP: Pontes, 2008.

_____. **Análise automática do discurso (AAD-69)**. In. **Por uma análise automática do discurso; uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. F. Gadet & T. Hak (orgs.). Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2010.

SEMOG, Éle. **Nossas lutas, nossa história.** In. **25 anos 1980-2005: movimento negro no Brasil.** GARCIA, Januario (Org). Brasília, DF: Fundação Cultural Palmares, 2006.

TAVARES, Julio Cesar de Souza. **Retrospectiva histórica do movimento negro.** In. **25 anos 1980-2005: movimento negro no Brasil.** GARCIA, Januario (Org). Brasília, DF: Fundação Cultural Palmares, 2006.